

PRODUÇÃO DE LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA REGIONAL PARA CRIANÇAS: UM DESAFIO ACADÊMICO¹

PRODUCTION TEXTBOOK OF HISTORY REGIONAL CHILDREN: AN
ACADEMIC CHALLENGE

PRODUCCIÓN LIBROS DE TEXTO LA HISTORIA REGIONAL DE LOS
NIÑOS: UN RETO ACADÉMICO

Diane Valdez²
Miriam Bianca A. Ribeiro³

RESUMO: Este texto é resultado da experiência que temos vivido na última década, que é a produção de livros didáticos de História regional para crianças do quarto e do quinto ano do Ensino Fundamental. Diante da impossibilidade de limitar o tema, somente a produção, estendemos o debate para o uso e a circulação dessas obras nas escolas, tomando como referência a nossa última publicação que é o livro *História de Mato Grosso do Sul*.

Palavras-chaves: livro didático regional; ensino de História; escrita da História.

ABSTRACT: In this article we show our experience of the last decade in producing didactical books of regional history for 4th and 5th grade children. From the impossibility of limiting that subject only to production, we extend this discussion to the use of those books in schools, by taking as a reference our last book, *História de Mato Grosso do Sul* (History of Mato Grosso do Sul).

Keyword: regional didactic book; History teaching; History writing.

RESUMEN: Este texto resulta de la experiencia que hemos vivido en la última década, que es la producción de libros didáticos de Historia regional para niños de cuarto y quinto grado de la enseñanza primaria. Debido a la imposibilidad de limitar el tema solamente a esta producción, extendemos el debate al uso y circulación de esas obras en las escuelas, tomando como referencia nuestra última publicación, que es el libro *Historia de Mato Grosso do Sul*.

¹ Salvo as modificações realizadas, este texto foi produzido, inicialmente, para a palestra de abertura da *X Semana Acadêmica do Curso de História* da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS Amambaí – em Setembro de 2012, que teve como tema: “História 10 anos: o ensino da História em debate”.

² Professora da Faculdade de Educação da UFG. Mestre em História pela UFG e Doutora em Educação pela Unicamp.

³ Professora da Faculdade de Educação da UFG. Mestre e Doutora em História pela UFG.

Palabras claves: libro de texto regional; enseñanza de la Historia; escritura de la Historia.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a produção, o uso e a circulação de livro didático na escola é extenso e não se esgota facilmente, por isso optamos limitar a escrita deste texto ao que temos investido na última década, que é a produção de livros didáticos de História regional para crianças do quarto e do quinto ano do Ensino Fundamental⁴. Evidente que a tarefa de escrever livros para esta ou para qualquer outra modalidade de ensino implica em estendermos o debate para outras frentes. Diante disso, organizamos este texto em três partes: primeiro, abordaremos o ensino de História para crianças do Ensino Fundamental, focando os avanços e as contradições, sobretudo no que se refere às implicações de se trabalhar a história local ou regional. Na segunda parte, centraremos no papel da universidade em se tratando da produção de livros didáticos para crianças, discorrendo a respeito da nossa experiência na escrita de obras regionais, assim como nas relações estabelecidas com o ensino, a pesquisa e a extensão. Por último, falaremos a respeito da última produção escrita em parceria, que é o livro de História de Mato Grosso do Sul (PNLD-2013).

A História ensinada para crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental: avanços e contradições

É nos anos iniciais do Ensino Fundamental que a criança estabelece os primeiros contatos com o conhecimento histórico e o livro didático da área é um dos instrumentos que proporciona esses contatos. Inicia-se o estudo com a história da família, do bairro, da cidade e do estado para, em seguida, estabelecer-se uma relação desse estudo com a história do país e dos continentes. Contudo, a trajetória do ensino de História nessa modalidade de ensino tem sido marcada por uma aparente contradição, visto que, ao mesmo tempo em que se reconhece a necessidade do ensino de História, há uma espécie de desqualificação da área em relação a outras áreas de conhecimento. Isso se manifesta, sobretudo, quando a escola, intencionalmente ou não, renega o ensino da disciplina em detrimento de outras consideradas mais relevantes.

⁴ As obras produzidas em parceria foram: *Tocantins: História e Sociedade* (FTD, 2008); *Distrito Federal: História e Sociedade* (FTD, 2008) e *História de Mato Grosso do Sul* (Base, 2011).

Por outro lado, os alunos da faixa etária entre oito e doze anos de idade, em geral, além da dificuldade de se situarem no tempo histórico (o que faz com que qualquer passado se transforme em “antigamente”), também rejeitam o ensino que os obriga a pensar a história distante de sua vida. Daí a importância de se trabalhar esse ensino a partir do local. Vale ressaltar, no entanto, que trabalhar o local não significa vê-lo apenas como o estudo dos temas passados, pois é importante estabelecer relações, fazendo com que os alunos compreendam o sentido do passado e do presente. Nessa perspectiva, o uso de metodologias que se limitam a perguntas e respostas prontas e acabadas pouco contribui para que a criança compreenda os fatos históricos, percebendo-se como parte integrante da história. A história se torna distante e, talvez, isso justifique parte do que os professores dizem sobre o “desinteresse” dos alunos em relação à disciplina.

No que se refere à trajetória das obras relativas a essa área, na história da educação, trajetória já bastante divulgada, sabemos que não é novidade que a disciplina de História foi utilizada para divulgar interpretações da memória em detrimento da história, processo iniciado no século XIX e que resultou em dotar o país de um passado único e coerente, difundindo as interpretações vitoriosas da história nacional. Os estudos de Fonseca (1993), Nunes (1996), Bittencourt (1998), Siman & Fonseca (2001), entre outros, têm apontado o livro didático da área como um modelo na reprodução da história idealizada, caracterizada por meio de grandes feitos, atitudes de exemplos individuais, ações heroicas, relatos divinos e feitos mágicos.

Não defendemos a ideia ingênua de que o livro seja um objeto redentor, que convence sumariamente o leitor com seus textos e imagens, pois, se defendêssemos isso, estaríamos ignorando a subjetividade do leitor. Da mesma forma, não dá para ignorar que muito do que construímos da história se deve ao que aprendemos nos livros quando éramos crianças. Portanto, reconhecemos que não é tranquilo analisar os efeitos, ou não efeitos, das obras didáticas na vida das pessoas. Além disso, não dispomos de dados para reafirmar ou negar hipóteses.

O que é possível averiguar é que permanece, claro, com menor intensidade, a insistência em utilizar os livros escolares da área como divulgadores de uma história padronizada, sagrada, inquestionável, messiânica e ufanista. Apesar dos critérios postos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que rejeita esse tipo de obra,

ainda resta muito da história sem conflitos, plenas de textos e imagens que enfatizam a sacralização de vultos heroicos e datas memorativas idealizadas e comemoradas de forma isolada.

Nos livros regionais, tanto os municípios como os estados são espaços que costumam ser apresentados como lugares plenos de conformidades e os fatos e feitos, especialmente no tocante à criação e formação local, são enaltecidos de forma individual. Assim ocorre, por exemplo, o culto a pessoas e grupos, a idolatria do fundador da cidade, ou de membros da elite local⁵, como se, de forma unilateral, e dotados de poderes redentores, estes fossem os únicos responsáveis pelos rumos da história da região. A insistência no ufanismo histórico, presente por tanto tempo nas obras didáticas, produz uma versão conservadora e distante das questões contraditórias existentes localmente. Isso se evidencia, por exemplo, quando há referências às riquezas naturais da região, como o ouro e outros minérios que haviam no passado e que são apresentados como riquezas locais, desconsiderando-se o fato de essas riquezas se concentrarem nas mãos de poucos e de serem, em grande escala, extraídas e transportadas para outras regiões.

O destaque dado ao colonizador nas obras didáticas dessa modalidade é algo que nos chama atenção. Independente do número de europeus ser significativamente menor que de índios e negros, os homens brancos são os apresentados como condutores da história, fato que faz com que o estudo dos povos indígenas e africanos se restrinja à descrição de costumes entendidos como pitorescos e exóticos, de pessoas que contribuíram com a história por meio de episódios isolados e sem grande relevância. Não se apresentam, assim, as especificidades dos povos indígenas e africanos, pois, ignorando-se as complexidades e particularidades, há uma tentativa de homogeneizar as etnias, como se a história desses povos se reduzisse a uma cultura única. O índio e o negro são, nesse sentido, apresentados como integrantes da mistura que “formou o povo brasileiro”, sem nenhuma menção à forma impositiva e violenta que resultou nessa mistura, isto é, por meio de aprisionamento, escravidão, extermínio, exploração e outros métodos impetuosos.

⁵ Quando o livro de História do Tocantins chegou às escolas, fomos duramente criticadas por não termos citado os nomes de algumas pessoas que fazem parte da elite local e que se perpetuam no poder há décadas.

Ao apresentarmos a história sob o ponto de vista do homem branco, colonizador, corremos o risco de levar as crianças a compreender a história como feita por poucos, sobretudo por homens considerados “civilizados”, pois além de outros povos serem ignorados, as classes sociais marginalizadas, mulheres, crianças e outros estão alijadas do processos. Assim, a criança não se reconhece na história da sua cidade, de seu estado e, tampouco, de seu país. Os livros regionais, que têm a grande responsabilidade de iniciar o ensino de história na vida escolar da criança, seguiam esta tendência e alguns ainda seguem, independente da avaliação nacional recusar aquele tipo de abordagem. Uma análise detida a esse respeito nos conduz a investigar o número de livros recusados pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Apesar dos avanços consideráveis, no que se refere ao reconhecimento da relevância do ensino de história local e regional para as crianças, bem como no que diz respeito à compreensão da igual importância de todas as disciplinas no processo educacional, a abordagem dos temas locais e regionais ainda carece de atenção, pois o estudo de História regional não ocupa o mesmo lugar dado a algumas disciplinas, como Língua Portuguesa e Matemática. O ensino de história, em boa parte das escolas, ocorre com base na ideia de “se der tempo”, o que demonstra a necessidade não somente de produzir livros regionais de qualidade, mas também investir na formação continuada dos professores.

É relevante e essencial a escola iniciar a construção do conhecimento histórico a partir do que os alunos já sabem. Contudo, é importante atentar para o risco de se cair no “localismo”, ou seja, de promover o estudo do local por ele mesmo e não tratá-lo como parte da compreensão do todo e do próprio espaço, pois, desta forma, restringe-se o conhecimento e impede o aluno de ter acesso à história universal. O que se estuda e se ensina sobre os municípios, nesse caso, raramente ultrapassa a reverência aos fundadores da cidade, as listas de prefeitos em sequência cronológica, as secretarias e os secretários municipais, a extensão e os marcos do território. Tende a acontecer ainda, a despeito dos critérios do PNLD - os quais, em boa parte, consideramos essenciais – de a escola tratar os conteúdos regionais como algo secundário e desnecessário, por considerar que os conteúdos que devem ser ensinados são os relativos ao Brasil, às Américas, à Europa e ao restante do Planeta, em vista das demandas do mercado de trabalho, das provas de vestibulares e de concursos, entre outros.

O papel da universidade na produção de livros didáticos para crianças

Escrever livros didáticos para as escolas públicas no interior do universo acadêmico, definitivamente, não é uma tarefa simples. No entanto, não nos parece cômodo trabalhar em uma universidade pública, que tem como foco a formação de profissionais da educação, e ignorar o tema referente aos materiais didáticos que chegam às mãos das crianças e dos professores. Sabemos que esse material, de natureza efêmera, não é o único instrumento para o ensino e a aprendizagem, tampouco constitui objeto redentor na transmissão do conhecimento, porém, reconhecemos que, por motivos diversos, muitas vezes a atividade docente se limita às páginas dos livros didáticos. Por isso, mantemos a preocupação não só com a análise dos livros em nossas aulas, nos cursos de extensão e em nossas pesquisas, mas também com a escrita dessas obras.

A escrita de livros didáticos soma-se a outras atividades que exercemos no espaço acadêmico e podemos afirmar que a experiência na produção dessas obras está vinculada e adequada aos três pilares indissociáveis da universidade pública: ensino, pesquisa e extensão. Mantemos o debate sobre o tema nas aulas que ministramos no curso de Pedagogia, pela disciplina denominada “Fundamentos e Metodologia das Ciências Humanas e História da Educação”, e o inserimos nos programas dos núcleos livres que oferecemos para toda a comunidade universitária. O tema perpassa também em um projeto de extensão coordenado por nós e que se intitula “Ciclo de estudos: história, história da educação e fontes” e “Ciclo de estudos: ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental” . O referido projeto está na terceira edição anual e reúne a comunidade universitária, alunos e professores, além da comunidade externa, especialmente professores das redes públicas. Temos ainda realizado palestras e minicursos baseados na temática para estudantes dos cursos de Pedagogia e de História. No que se refere à pesquisa, além de investigar sobre a história do livro didático, em teses de doutorado, participamos de um projeto de pesquisa que contempla a história da educação, tendo o livro em Goiás como foco de investigação.

Ainda são poucas as iniciativas de produções de livros didáticos no espaço acadêmico e as justificativas se apresentam sob diferentes argumentos: por ser trabalhoso transformar uma linguagem acadêmica em uma linguagem didática (simples, porém não simplista); pela não submissão aos parâmetros oficiais da escolha do livro (que será avaliado pelos nossos pares da academia); pelo tempo despendido na escrita de uma obra (cerca de um ano ou mais); pelas exigências das editoras na adequação de um padrão (livros com perguntas/respostas, sobretudo); o não reconhecimento da escrita como uma produção científica acadêmica (nem Capes nem CNPq reconhecem) e outros argumentos que não proporcionam certo *status* acadêmico.

Vale esclarecer que não é nossa intenção debater sobre essas questões sob a ótica da cobrança ou até mesmo de julgamento dessas justificativas. Foge também da nossa perspectiva defender que se trata de um trabalho exclusivo da academia, visto que existem muitos livros produzidos fora do espaço acadêmico, provindos, sobretudo, de professores das redes públicas, que são merecedores de reconhecimentos pela qualidade alcançada. Nossa intenção é trazer para debate um tema que há tempos nos toca, ou seja, a produção e circulação de livros nas escolas públicas, com suas implicações, desafios e indagações. Trata-se de movimentos que não se fecham, mas que alimentam o cotidiano e nos fazem dar continuidade à desafiadora e instigante tarefa de construção do conhecimento na academia.

Diante da primeira solicitação de produção de livros didáticos, refletimos, primeiramente, a respeito dessa tarefa instigante e de grande responsabilidade, compreendendo-a como pertinente a um dos papéis fundamentais da universidade: construir alternativas para os problemas da sociedade que a sustenta. Como em nosso trabalho na Faculdade de Educação, analisar livros didáticos e a eles interpor uma crítica teórica e metodológica consiste em uma de nossas importantes tarefas, não se tratava de fazer algo obrigatório ou para desengano de consciência, mas de intensificar e aprofundar nossas atividades acadêmicas, na perspectiva de ampliar a contribuição da universidade para o ensino de História, acrescentando às análises dos livros a escrita de artigos e de textos teóricos e críticos sobre a produção de obras para o Ensino Fundamental e produzindo materiais didáticos condizentes com os pressupostos defendidos nas análises. Entendemos que, ao assumirmos essa tarefa, colocamo-nos a serviço da escola, rompendo com a forma limitada e, muitas vezes, carregada de

preconceitos, com que a academia tem visto a produção de livros didáticos. Para nós, esse trabalho consiste em um dos meios para atender a uma das várias frentes de intervenção que a escola apresenta, por isso, não tivemos dúvida de sua importância e o assumimos com convicção.

São vários os nossos motivos para defender a produção de obras didáticas como um papel da academia. O primeiro é o acúmulo do conhecimento obtido ao longo da carreira docente, não perdendo de vista que grande parte desse conhecimento deve ser socializada de diferentes formas. Neste sentido, insere-se a produção de livros didáticos, pois transformar a produção científica (elaborada pelos pares da academia) em uma linguagem didática, recorrendo aos estudos pertinentes, requer cuidados para que não se banalizem os fatos, para que, ao tornar a linguagem simples, não a torne simplista.

É essencial, por exemplo, manter o cuidado de não cometer anacronismo, isto é, utilizar de critérios atuais como se fossem válidos para todas as épocas, pois, ao impor motivos e anseios determinados no presente aos agentes históricos do passado, sem dúvida, afeta a compreensão do processo histórico. Faz-se necessário evitar a interpretação regional de forma estereotipada, sublinhando grupos considerados superiores ou inferiores ou mesmo analisar a experiência local enfatizando somente os processos históricos distantes das fronteiras regionais, assim como enfatizar os fatos locais destacando os traços pitorescos e anedóticos, fazendo do livro didático um manual de curiosidades privadas e de visitação turística (PNLD 2013).

Outro aspecto que deve ser levado em conta são as exigências dos modelos de livros adotados pelo Governo Federal, por meio do Plano Nacional do Livro Didático. Aqui, vale anotar que as obras inscritas no programa oficial, para serem analisadas e adquiridas pelo poder público para as escolas, são avaliadas por profissionais provindos de universidades, ou seja, por professores com experiência no ensino e pesquisa em História. Assim, os colegas avaliadores, reconhecendo as contradições pertinentes à disciplina, indicam critérios e referências que devem ser levados em conta na produção das obras. Não se trata, portanto, de grupos burocráticos distantes do ensino e da escola, mas de pessoas capacitadas para esse exercício, que se apoiam em critérios elaborados e publicados previamente.

A avaliação dos livros atende a princípios segundo a legislação vigente, como respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; às diversidades sociais,

culturais e regionais; à autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino e a liberdade e apreço à tolerância. O edital PNLD 2013, diante das especificidades da disciplina, exige que os conteúdos dos livros sejam sustentados pela produção de conhecimento nas áreas de História e Pedagogia, realizada nos últimos anos, considerando-a como ponto de reflexão e de discussão. Os critérios compreendem a escrita da história como um processo social e cientificamente produzido. Ainda indicam que se explicitem as opções teóricas e metodológicas (histórico/metodológica) e que as obras contemplem ilustrações e textos adequados ao Ensino Fundamental. Os critérios apontam também para a exigência do que antes era ignorado nas obras, ou seja, a historicidade das experiências sociais. Apontam ainda para a necessidade de se estimular a convivência social, de se reconhecer as diferenças e de se trabalhar preceitos éticos de forma contextualizada, atenta à autonomia do pensamento e ao acesso a diferentes fontes históricas. Apontam, finalmente, à necessidade de adoção de opções teóricas e metodológicas, que contribuam efetivamente para a consecução dos objetivos da história acadêmica e da disciplina escolar história, para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Dessa forma, para que as obras sejam aprovadas e, conseqüentemente, adotadas pelas escolas públicas, isto é, sejam compradas pelo Governo Federal, as editoras têm por obrigação cumprir com os critérios inseridos no PNLD. Este argumento faz com que os autores tenham mais liberdade na escrita das obras, como exemplo podemos citar a nossa opção por não incluir questionários com perguntas e respostas prontas, que não levam o aluno a refletir sobre o tema estudado. Invés disso, optamos por propostas de pesquisas e observações que levam o aluno, de forma individual ou coletiva, a pensar sobre o processo histórico, entendendo que essa seja uma forma de contribuir para que o ensino seja mais criativo e mais atraente.

É valioso sublinhar o fato de a produção de livros didáticos requerer, além de grande responsabilidade, várias etapas de trabalho. Na escrita de uma obra, o tempo despendido inclui um elevado número de leituras, atentas revisões, autorizações de citações e outras exigências, que se estendem por no mínimo um ano, até que o livro possa chegar às escolas (no caso do livro de História do Mato Grosso do Sul, chegou às mãos de mais de 15 mil crianças e de 500 professores). Até o destino final, a obra passa ainda por sessões de debate em torno de sua produção e por processos nos quais se

busca estabelecer relação com as secretarias de educação e com as escolas após a adoção. Tendo em vista a relevância desse trabalho na formação continuada dos profissionais da educação, nos parece contraditório as instituições científicas e acadêmicas não reconhecerem a publicação de livros didáticos como produção científica.

Nas últimas duas décadas, as áreas de História e de Educação foram amplamente renovadas, ocasionando mais estudos, pesquisas, debates, dissertações, teses, artigos, livros e outros. O impacto disso deveria refletir diretamente na escola e no processo de aprendizagem na Educação Básica. É preciso reconhecer que a universidade atua em consonância com o ensino básico em muitos aspectos e um dos meios que confirma a relação direta da universidade com essa modalidade de ensino, sobretudo por meio dos cursos de licenciatura, é o livro didático.

Por fim, estes itens apontados, ainda que de forma rápida, podem servir para refletir sobre o lugar que a produção ocupa no meio acadêmico. Em um momento em que as instituições financiadoras exigem produções em forma de artigos, livros, resenhas, notas e outros, de preferência publicações em revistas “bem conceituadas”, e que se discute o papel da universidade pública na Educação Básica (em especial, a situação nada favorável do ensino), contraditoriamente, essas mesmas instituições não reconhecem a produção de livros como produção científica. Enfim, se a produção didática é vista, ainda hoje, como algo menor na produção acadêmica, reconhecemos que o caminho é longo e repleto de enfrentamentos. Contudo, não nos negamos a encará-lo, pois avaliar as produções como “mais importantes” ou “menos importantes” não nos parece ser a saída, ao menos neste caso.

O livro *História de Mato Grosso do Sul: o trem, os trilhos, os vagões e suas implicações*

De acordo com o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD-2013), uma obra regional registra a experiência de grupos que se identificam por fronteiras espaciais e socioculturais, seja na dimensão de uma cidade, um estado ou uma região do Brasil, o que possibilita o estudo da História local e do meio em que o aluno vive. A partir de 2004, atendendo às especificações das áreas de História e de Geografia, o PNLD não aceitou inscrição de livros de Estudos Sociais para adoção nas escolas. Neste sentido, o

livro didático de História passou por transformações significativas, consolidando avanços importantes para o ensino da disciplina.

Enfrentamos a tarefa de escrever parte da história de Mato Grosso do Sul, considerando a produção já realizada na região, especialmente as realizadas na academia. Não ignoramos as contribuições de fora da universidade, obras que contêm dados preciosos para a escrita da história local, experiências de vidas inteiras dedicadas ao estado, desde muito antes da instituição legal do Estado. São produções vindas da literatura, de memórias, da preservação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, da diversidade étnica, das lutas pelos direitos à vida, à liberdade e à dignidade.

No que se refere à estrutura física, a obra está organizada em quatro capítulos nomeados, respectivamente, “Primeira”, “Segunda”, “Terceira” e “Quarta Estação”, fazendo uma alusão à influência do trem na região. As “estações” se subdividem em capítulos, entre cinco e seis capítulos, que obedecem à cronologia dos acontecimentos históricos, porém, com elementos que enfatizam o passado e o presente concomitantemente. Por meio de uma viagem pelas “estações da história”, procuramos abordar o processo histórico, incluindo o processo de colonização das terras que, oficialmente, até 1759, pertenciam à Espanha, mas que, originalmente, eram dos diversos povos indígenas que ali viviam em uma cultura distinta dos colonizadores. Já no livro do professor, procuramos estabelecer uma discussão referente aos pressupostos pedagógicos na formação de conceitos e conhecimento para o ensino local, enfatizando o regional como espaço geográfico, porém, não isolado do contexto nacional e internacional. Nessa parte, procuramos refletir com os colegas professores sobre a importância das pesquisas regionais recentes, provindas da academia, como teses e dissertações, indicando-as e sugerindo outros autores da teoria da História e demais especialistas da área. Indicamos, ainda, o uso de fontes históricas e incentivamos a realização de pesquisas com os alunos.

O projeto gráfico da obra também é importante e deve ser atrativo e apropriado para a leitura das crianças. Portanto, o livro é composto de imagens produzidas por dois ilustradores, que usaram diferentes técnicas (pinturas, colagens etc.), mapas, fotografias e imagens de fontes históricas, como documentos escritos e iconográficos. No que se refere à concepção da disciplina, que norteia a proposta da obra, procuramos considerar

as pesquisas produzidas no campo da História cultural e, não perdendo de vista o que foi produzido pela academia, procuramos destacar os fatos em uma linguagem simples, mas não simplista.

Consideramos a fonte documental, sobretudo no que se refere à história da infância, para que a criança se perceba enquanto agente histórico. Sob o ponto de vista do componente curricular História, a obra entende o local em relação aos demais espaços que constituem o mundo. Assim, há um esforço em abordar os conteúdos de forma a evitar uma história regional isolada, baseada na sucessão linear e periódica dos acontecimentos. Procuramos intercalar a especificidade das experiências regionais com as questões referentes aos conflitos político-administrativos e econômicos vivenciados nas outras regiões brasileiras. Dessa forma, destacamos os acontecimentos históricos em nível regional, nacional e internacional, de forma que possibilitem à criança observar a realidade cotidiana sob um caráter investigativo e questionador. Investimos em conteúdos que extrapolam o local, visando contribuir com a ampliação, de forma interdisciplinar, do conhecimento da criança e considerando as várias dimensões da área de Ciências Humanas, como a Geografia, a Antropologia e a Sociologia.

Sobre a disposição dos conteúdos, foram organizados em forma de uma viagem de trem, as quatro estações são compostas de capítulos com chamadas relativas às temáticas desenvolvidas. Destacamos uma introdução do tema, enfatizando o tempo e o espaço, por meio de ilustrações com legendas e com dados das imagens, como autor e época da produção. Investimos, além do texto introdutório e iconografia, em partes que denominamos “Histórias para guardar na memória”, que são pequenos contos literários, com personagens ambientados no conteúdo alocado, sobretudo personagens do universo infantil, como crianças indígenas, escravas, livres e outras. Anexamos ainda o “Toque histórico”, constituído de pequenos textos explicativos de conceitos que possam parecer distantes da experiência infantil, mas que se tornam elucidativos. Anexamos também um item que nomeamos “Conversando com gente que pesquisa”, priorizando estudos de pesquisadores da academia, citando os nomes dos pesquisadores e alguns resultados obtidos.

Quanto às atividades, foram intituladas de “Atividades para pensar, pesquisar, escrever e conhecer mais...”. Elas são acompanhadas de indicações de pesquisas, que podem ser realizadas individualmente, em duplas e em grupos. Vale ressaltar que, na

defesa da autonomia do professor e na intenção de levar o aluno a refletir sobre o processo histórico, evitamos o uso de questionários com perguntas e respostas mecânicas e priorizamos a produção investigativa, como entrevistas, observações, comparações, produzidas individualmente, em duplas e em grupos.

Tomamos como caráter inovador da obra a utilização da história da infância como destaque nos fatos históricos, tanto nos textos como na iconografia e nos contos literários. Consideramos o uso da literatura, organizada em mais de vinte contos, uma inovação na obra, pois os temas somados às situações vivenciadas por personagens podem contribuir para uma melhor compreensão da história. Enfatizamos na obra as diferenças temporais da região, considerando seus aspectos econômicos, políticos e culturais, os conflitos vividos nas relações familiares, de gênero, de infância, de etnia etc. Salientamos, ainda, o processo migratório e imigratório na construção do Estado, enfatizando as relações com as diferenças como fundamental na história coletiva.

Em suma, colocamos a obra à disposição para análises, críticas, contribuições e outros, pois sabemos dos limites que nos são impostos na escrita de uma obra desse estilo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, consideramos que o debate a respeito da produção, circulação e avaliação dos livros didáticos regionais voltados para crianças do Ensino Fundamental, destacada sua importância, ainda carece de maiores aprofundamentos, pois esse tipo de material didático, além de ser um dos maiores responsáveis pelos primeiros ensinamentos de História local, nos parece ser ainda o material que as crianças possuem de mais fácil acesso para o aprendizado da disciplina.

Assim, debater acerca de certo descaso para com essas obras pode contribuir para que a academia, juntamente com as instituições científicas, como Capes, CNPq e associações que agregam professores e pesquisadores, como a Associação Nacional de Professores de História – ANPUH – e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED – o Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História – ENPEH – possam inserir essa temática em suas pautas de discussão.

Por fim, esperamos com este texto dar nossa parcela de contribuição para a eminente e necessária discussão a respeito do ensino de História nos anos iniciais do

Ensino Fundamental, tendo como referência o livro didático. Como o estudo dessa temática, muitas vezes, é despercebido ou ignorado, seguimos pelas trilhas sinuosas que podem nos levar a refletir a respeito da nossa realidade escolar em diferentes espaços.

REFERÊNCIAS

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: PNLD 2013: História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

MASCARENHAS, A.C.B.; ARAÚJO, S. (orgs.). O ensino de Ciências Humanas no Ensino Fundamental. Goiânia: UFG, 2007.

RIBEIRO, M.B.A. *Cultura histórica e História ensinada em Goiás (1846-1934)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2011.

VALDEZ, D. ; RIBEIRO, M.B.A. *Navegando pela história do Tocantins*: In: Revista da UFG, Goiânia/GO: UFG.

VALDEZ, D. ; RIBEIRO, M.B.A. *História de Mato Grosso do Sul*. Livro Didático. Curitiba/PR: Editora Base, 2011.